

Amazônia atrai bilhões em investimento

MEIO AMBIENTE

R\$ 4,5 bilhões para empresas da Amazônia

Na véspera da Cúpula da Amazônia, BNDES e BID assinam programa de crédito para micro, pequenos e médios empreendedores

ANDREA MALCHER
Enviada Especial

Belém — O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram ontem, em Belém, a carta de intenções do programa Pro-Amazônia, que destinará US\$ 900 milhões — o equivalente a R\$ 4,5 bilhões — em crédito para microempreendedores individuais (MEI), pequenas e médias empresas da Amazônia Legal brasileira.

O financiamento inclui um empréstimo de US\$ 750 milhões do BID e US\$ 150 milhões do BNDES para implementar o programa por meio de agências financeiras credenciadas. A iniciativa busca promover o desenvolvimento sustentável da região amazônica, inicialmente, o recurso deve ficar para Belém, que se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em 2025. Essa iniciativa, seguramente, vai ajudar a fomentar a economia local e, inclusive, aqui no caso do Pará e de Belém, na preparação da COP, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Amazônia Legal, para todo micro, pequeno e médio empreendedor, comerciante, agricultor, prestador de serviços. Isso não é pouca coisa para uma região como esta", observou o ministro.

O presidente do BID, Ban Galdjian, destacou a importância da iniciativa. "O desafio que temos hoje na Amazônia é um desafio que precisa de todo mundo, de todos os países, dos bancos públicos, precisa integrar não só a questão do desmatamento, mas também a bioeconomia", ressaltou. "E não há nada mais forte do que financiar pequenas e médias empresas, às vezes, até invisíveis que não têm crédito e que precisam de crédito. Então, essa parceria, essa Coalizão Verde é muito importante", acrescentou.



Lula em Santarém (PA). Ele inaugurou a Infovia 01, votada a melhorar a internet no Amazonas e no Pará

Essa iniciativa, seguramente, vai ajudar a fomentar a economia local e, inclusive, aqui no caso do Pará e de Belém, na preparação da COP"

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

Luiz Inácio Lula da Silva convidou para participar de debates, hoje e amanhã, representantes da República do Congo, República Democrática do Congo e Indonésia, nações com grandes florestas. Alemanha e Noruega, grandes contribuintes do Fundo Amazônia; e França, em virtude de a Guiana Francesa ser um departamento ultramarino e região do país europeu. A intenção é, possivelmente, criar um numeroso grupo para a defesa dos recursos naturais, em setembro, na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas.

"O Brasil, a região e o mundo mudaram. Nossos países precisam levar em conta novas demandas, novas expectativas e novos atores. É isso que estamos fazendo com essa cúpula que hoje tem lugar. Nosso objetivo, ao promover essa reunião aqui no Brasil e em Belém, é reativar os canais de diálogo com os países da região para que, por meio da cooperação, possamos encontrar soluções para desafios comuns em benefício das nossas populações", ressaltou o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Discordância

Embora as intenções sejam de alinhamento internacional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, ministros do governo seguem em discordância em relação à exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, no Anapá. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, aparenta ser uma voz isolada no posicionamento contrário à solicitação da Petrobras. "É preciso fazer políticas públicas para a Amazônia com base em evidência. Não é momento de gente ter atitudes erráticas. E qualquer atitude que não considere o que a ciência está dizendo pode cometer erros que são irreversíveis e com grande prejuízo", destacou.

Por sua vez, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ter "uma convicção de que todos os brasileiros e brasileiras têm o direito de conhecer as suas potencialidades minerais, seja de petróleo, gás, seja dos minerais críticos das terras raras". "Até para contribuir com a transição energética, que a gente possa, sim, tomar decisões políticas no sentido de utilizar mais uma potencialidade, menos outra, e aí por diante. O que não é, na minha opinião, admissível é que a gente não tenha o direito de conhecer as nossas potencialidades", defendeu o ministro.

Ao ser perguntado sobre o assunto, Lula afirmou que não estava na cidade para debater a questão. O presidente chegou à capital paranaense ontem. Mais cedo, ele visitou o Navio Hospital Escola Albatroz, ancorado no Rio Tapajós, em Santarém (PA). Na sequência, inaugurou a infovia 01, que vai melhorar a internet no Amazonas e no Pará.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2